



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

----- **ACTA N.º 3/2010** -----

-----Aos dois dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dez, no edifício dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a Presidência de José Carlos Alexandrino Mendes, Presidente do mesmo, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Mário Américo Franco Alves, José Carlos Nunes Mendes, José Francisco Tavares Rolo, Paulo Jorge Gonçalves Rocha, Telma da Conceição Correia Martinho e Maria da Graça Madeira de Brito da Silva.**-----

-----Secretariou a presente reunião, o Director do Departamento de Administração Geral e Finanças, João Manuel Nunes Mendes.-----

-----Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram dez horas.-----

-----**RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA**-----

**DOC. 1**

-----Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria respeitante ao dia 1 de Fevereiro de 2010, cujo saldo disponível em receita orçamental é de **1.199.918,65 € (Um milhão, cento e noventa e nove mil, novecentos e dezoito euros, e sessenta e cinco centimos)**, conforme documento em anexo e que fica a fazer parte integrante desta acta.-----

**1 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Não se encontrando presente nenhum munícipe não se registou qualquer intervenção.-----

**2 - ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

**2.1 – INTERVENÇÃO DO VEREADOR PAULO ROCHA**-----

-----**2.1.1 – CENTRO LOCAL DE SEGURANÇA SOCIAL – OLIVEIRA DO HOSPITAL**-----

-----O Vereador Paulo Rocha manifestou a sua preocupação face ao reduzido número de funcionários que se encontram no Centro Local de Segurança Social – Oliveira do Hospital, e que, na sua opinião, tem vindo a contribuir para o tempo de espera que, conforme pôde constatar, tem sido demasiado elevado. Reconhece tratar-se de um serviço dependente do Governo mas solicita ao Presidente da Câmara e ao executivo em permanência que averiguem esta situação, pois tem conhecimento de que têm existido algumas aposentações, algumas transferências de funcionários, e até ao momento não se tem verificado qualquer reposição. Disse ainda que na sexta-feira passada pôde verificar que o tempo de atendimento naquele serviço se situava acima de hora e meia a duas horas, pelo que considera ser um tempo de espera que não é compatível com o serviço prestado pelo Estado. Disse igualmente não se tratar de uma situação pontual, uma vez que, por força da sua actividade profissional, teve igualmente necessidade de recorrer àquele serviço durante o mês de Janeiro, e já na altura verificou a mesma situação. Salientou ainda que nada tem a ver com o



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

empenho dos funcionários que actualmente se encontram ao serviço da Segurança Social em Oliveira do Hospital, mas sim com a falta de funcionários, nomeadamente ao nível do atendimento ao público, ressalvando que “sabendo que não é uma competência da Câmara Municipal, e apesar de no passado, nalgumas situações, termos sido confrontados no executivo com problemas nos serviços públicos, e tentando, de alguma forma, responsabilizar o executivo por esse mau funcionamento, ou por essas lacunas no funcionamento, requeria ao Sr. Presidente da Câmara que encetasse as diligências tidas por convenientes para sensibilizar os responsáveis regionais, e eventualmente nacionais, pelo sector, para esta questão, porque de facto, até com o aumento do desemprego no concelho de Oliveira do Hospital há muito mais gente, e é natural que assim aconteça, a recorrer aos serviços locais de Segurança Social”. Prosseguiu deixando uma nota de reconhecimento pelo empenho dos actuais funcionários naquele serviço que diariamente se esforçam para que esse tempo de espera seja mais reduzido, mas que, como se compreende, não conseguem responder em tempo útil a todas as questões que lhes são colocadas.-----

-----O Presidente da Câmara referiu desconhecer a situação ora descrita, agradecendo no entanto ao Vereador Paulo Rocha pelo facto de lhe ter dado conhecimento da mesma, sublinhando que ainda hoje fará chegar uma nota por escrito a quem de direito, e que irá interceder pessoalmente junto do Director da Segurança Social, para que resolva este problema. -----

**2.2 – INTERVENÇÃO DO VEREADOR MÁRIO ALVES-----**

**-----2.2.1 – EMPREITADAS DE “RECTIFICAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DA EM 509 – NOGUEIRA DO CRAVO/ ALDEIA DE NOGUEIRA/OLIVEIRA DO HOSPITAL E DE “BENEFICIAÇÃO, RECTIFICAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DA EM 507 E EM 507 – 1 ER 230 LIMITE DO CONCELHO/ PÓLO INDÚSTRIAL DE SEIXO DA BEIRA”-----**

-----O Vereador Mário Alves questionou o Presidente da Câmara relativamente à concessão, ou não, de visto pelo Tribunal de Contas ao contrato da empreitada de “Rectificação e pavimentação da EM 509 – Nogueira do Cravo/Aldeia de Nogueira/Oliveira do Hospital” e bem assim relativamente à data provável para início da mesma. -----

-----Referiu-se ainda à empreitada de “Beneficiação, rectificação e pavimentação da EM 507 e EM 507-1 ER 230 Limite do Concelho/Pólo Industrial de Seixo da Beira”, sublinhando que as propostas de adjudicação foram recepcionadas na Câmara Municipal antes das Eleições Autárquicas do passado dia 11 de Outubro de 2009, entendendo assim que já decorreu o tempo suficiente para que tenham sido tomadas todas as diligências em termos administrativos para que o executivo se possa pronunciar relativamente à sua adjudicação para efeitos da elaboração do respectivo contrato e bem assim para que se dê início à obra o mais rapidamente possível. -----

-----Sobre o assunto, o Presidente da Câmara informou que o contrato da empreitada de “Rectificação e pavimentação da EM 509 – Nogueira do Cravo/Aldeia de Nogueira/Oliveira do Hospital” foi visado pelo Tribunal de Contas, aguardando no entanto a entrega do Plano de Obra por parte da empresa adjudicatária, para que se possa dar início à obra e resolver o problema dos terrenos com alguns proprietários. -----

----- Relativamente à empreitada de “Beneficiação, rectificação e pavimentação da EM 507 e EM 507-1 ER 230 Limite do Concelho/Pólo Industrial de Seixo da Beira” deu conta de que, na sequência de alguns contactos e reuniões que teve com o Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, ficou acordado de que o Governo assumiria o compromisso de, no âmbito da construção do IC 37, fazer uma ligação à Zona Industrial da Cordinha. Mais referiu que era até sua intenção que a obra fosse anulada, fazendo com que “o Governo construísse uma estrada que viesse desse nó



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

à Zona Industrial do Seixo, e depois que viesse até à Ponte do Salto, através da construção de uma rotunda”, salientando que “era uma tentativa de que o Município não gastasse aquele dinheiro porque em termos legais ainda se poderia ver. Mas, reconheço hoje, que as coisas complicaram-se, e desde quinta-feira que tem sido um problema com os IC’s, e como é do conhecimento público a postura do Sr. Ministro das Obras Públicas com o Sr. Ministro das Finanças não tem sido a melhor”. Prosseguiu dando conta que na passada quinta-feira reuniu com o Sr. Secretário de Estado para lhe dizer que “era uma vergonha se esta fosse uma das obras incluídas no corte financeiro do investimento público”. Mais referiu que “não tenho problemas nenhuns em o afirmar, porque nós estamos atrasados há vinte anos sobre estas estradas e era preciso agora surgir mais esta decisão de corte do investimento público, dizendo o senhor Ministro das Obras Públicas, daquilo que eu vou ouvindo, “que vão adiar..., que não há um prazo..., mas que são adiadas em termos de investimento público um conjunto de estradas”. Sublinhou ainda que “é pena que não tenham adiado o TGV e que avançassem com estas estradas, porque era uma questão de justiça e de coesão. E disse ao Sr. Primeiro-Ministro, em Ansião, depois de ter tido a oportunidade de falar com ele no final do lançamento do IC 8 e de um conjunto de estradas, entre as quais uma que vem até Côja, que ele não tinha sido muito correcto quando disse que desencravou todo o Pinhal Interior, porque eu disse-lhe que há uma parte do Pinhal Interior, de que Oliveira do Hospital faz parte, que não está desencravada, e que era preciso desencravá-la o mais rapidamente possível, tal como estava combinado, lançando a obra numa primeira fase até finais de Março, e depois derivado aos problemas ambientais passou até ao mês de Junho”. De seguida leu na íntegra uma carta que irá remeter, em conjunto com outros municípios, ao Sr. Ministro das Obras Públicas, a solicitar uma reunião e bem assim esclarecimentos relativamente ao adiamento anunciado, por entender que tudo isto implica no desenvolvimento do concelho de Oliveira do Hospital. Como Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital entende que “é indigno que, neste momento, depois das expectativas criadas, depois desse atraso de décadas que nós já devíamos ter, seja qual for o Governo a mim não me importa absolutamente de nada, estarei aqui, como disse já anteriormente, pronto para lutar por uma questão justa. E se é para lutarmos por uma questão justa, eu gostaria que, nas horas de se tomar decisões, e depois da reunião com o Sr. Ministro porque com certeza que tomaremos decisões, todas as forças políticas aqui representadas se solidarizassem nesta luta com a Câmara Municipal e com o seu executivo, porque é isso que eu vou fazer, e não vou ficar aqui parado, nem vou deixar que isto caia, e terá que ter custos políticos. Porque se criaram estas expectativas, e são expectativas legítimas de um conjunto de populações que tem sido discriminada em termos de acessibilidades e isso tem a ver com o desenvolvimento e também com a queda do nosso Município em termos de receitas”.-----

-----Os Vereadores eleitos pelo Oliveira do Hospital – OHS referiram corroborar a posição/perspectiva apresentada pelo Presidente da Câmara, salientando que estarão disponíveis para tudo o que for necessário na defesa dos interesses do concelho de Oliveira do Hospital, e da região, entendendo assim que se deve fazer tudo para se inverter esta decisão, que como é do conhecimento público, tem vindo a ser muito noticiada pela comunicação social. -----

-----O Vereador Mário Alves referiu o seguinte “sem comentários Senhor Presidente, recorde-se do que eu disse aqui há um mês atrás”. -----

-----O Vereador José Francisco Rolo declarou estar totalmente solidário com a posição apresentada e assumida pelo Presidente da Câmara, salientando que “se há uns meses atrás reagi aqui, enaltecendo a justiça da decisão de fazer obra para desencravar o interior do país, hoje tenho que dizer que é uma injustiça não fazer essa obra. Se há meses atrás elogiei o acto de justiça, hoje tenho que criticar esta injustiça e dizer que da parte do executivo em permanência e da parte do Sr. Presidente da Câmara, não vamos ficar parados, não vamos ficar em silêncio, e vamos ter que lutar.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

Esta terra, Oliveira do Hospital, também cresceu e se desenvolveu pela luta e pela capacidade empreendedora dos seus habitantes, então também vamos ter que ser empreendedores e vamos ter que lutar. Vamos ter que fazer justiça à história de Oliveira do Hospital”.-----

-----A Vereadora Graça Silva disse entender que “a nossa posição é aquela que está aqui bem clara, e por bem do nosso município não podemos ficar indiferentes a esta situação. Temos que lutar, e o que estiver ao nosso alcance tem que ser feito”.-----

-----O Presidente da Câmara referiu que “independentemente de que Governo fosse, esta é uma posição que, na minha opinião, se o Sr. Ministro, na reunião que solicitámos, não nos der um prazo, vai ser uma luta dura e de empenho, com consequências imprevisíveis mesmo a nível da minha posição individual”.-----

**3 - ORDEM DO DIA**-----

**-----3.1 - FEIRA BI-MENSAL - PROCEDIMENTOS A LEVAR A EFEITO NA SEQUÊNCIA DE PRETENSÕES APRESENTADAS-----**

**D.A.G.F./DOC.2**

-----Sobre o assunto em epígrafe, foi presente pelo Presidente da Câmara, uma informação elaborada pelo seu Adjunto de Gabinete e Responsável pelo GDES – Gabinete de Desenvolvimento Económico e Social, em 25 de Janeiro de 2010, documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta, a dar conta de que, face à entrada de um conjunto de novos pedidos de atribuição de espaços de venda, e pedidos de alteração de espaço, apresentados por ocupantes dos Sectores “Pronto a Vestir/ Malhas e Miudezas” e de “Talho”, há condições para que, de acordo com estipulado no Regulamento de Funcionamento das Feiras Municipais, se promova um novo processo de atribuição de todos os espaços de venda disponíveis na Feira Bi-Mensal, incluindo os pedidos de alteração de espaço.-----

-----O Vereador Mário Alves, tomando uso da palavra, referiu que a presente informação teve por base o actual Regulamento de Funcionamento das Feiras Municipais, o qual, como é do seu conhecimento, contém igualmente uma prerrogativa que foi introduzida especificamente para salvaguardar situações deste género, e que prevê que “antes de ser aberto o procedimento por sorteio para novos feirantes, haja a possibilidade de serem feitas alterações ao nível dos espaços existentes entre os feirantes que lá se encontram”. Entende assim que “perante pedidos de alteração de espaço, aquilo que deve ser feito, previamente, pelo senhor Presidente da Câmara, são as reestruturações, seguindo a mesma regra definida pelo respectivo Regulamento, e que é a realização de um sorteio entre todos os interessados em mudar de espaço, e só depois efectuar o sorteio geral para todos os outros que apresentaram agora novos pedidos de atribuição de espaços na Feira.” Salientou ainda que “acho que é assim que deve ser feito, até para evitar, tal como é referido na presente informação, que depois do sorteio advenham novos espaços. Ou seja, se tudo for feito de acordo com o que está estabelecido no Regulamento, esse aspecto desaparece, e portanto, recomendava ao senhor Presidente da Câmara, que não se oriente por esta informação, e que primeiro resolva os casos dos pedidos de mudança de espaço e só depois promova o sorteio geral para todos aqueles que manifestaram interesse em ter um espaço de venda na Feira de Oliveira do Hospital”.-----

-----Sobre o assunto, os Vereadores eleitos pelo Grupo de Cidadãos Independentes, denominado Oliveira do Hospital Sempre – OHS, referiram entender que “é isso que se depreende do ponto 10 da referida informação”.-----

-----O Vereador Paulo Rocha referiu que “da leitura efectuada à informação não resulta isso, resulta que, quem elaborou a referida informação propõe que não seja utilizada a prerrogativa que



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

consta do respectivo Regulamento, ou seja, que o senhor Presidente da Câmara, no uso da sua competência, possa autorizar ou determinar a alteração de titularidade de espaços de venda.” Disse ainda corroborar com a posição do Vereador Mário Alves, por entender que “as pessoas que lá estão devem, pelo menos, ter esse privilégio, que é o único.” Disse ainda que, da análise que efectuou ao mapa da feira, e que resulta da mesma análise que já havia efectuado ao longo do primeiro ano de existência da feira, lhe parece que os espaços nºs 65 a 68, neste momento afectos ao Sector “Calçado”, poderiam ser reafectados a “Malhas e Miudezas”, tendo em conta a diferença entre o número de espaços ocupados e o número de espaços livres, deixando esta sugestão à consideração do senhor Presidente da Câmara. Entende igualmente que “esta alteração aumentaria a capacidade de resposta, e reanimaria a zona de “Calçado”. Relativamente aos espaços afectos ao Sector de “Talho”, sugeriu que, face à disponibilidade do espaço nº 184, e às pretensões apresentadas para ocupar esse mesmo lugar, os espaços sejam atribuídos de maneira a que, cada comerciante já afecto a esta área, suba um lugar, deixando igualmente à consideração do Sr. Presidente da Câmara essa possibilidade. -----

-----**Analisado o assunto em apreço, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, não considerar a proposta apresentada na presente informação, entendendo que, em primeiro lugar, deverão efectivamente ser resolvidos todos os pedidos de alteração de espaço de venda por parte dos ocupantes e só depois promover um novo processo de atribuição de novos espaços de venda na Feira Bi-Mensal para os novos pedidos de atribuição de lugar naquele espaço, através de sorteio realizado por acto público.** -----

-----**3.2 - ANÁLISE A APROVAÇÃO DO PLANO DE CONTINGÊNCIA MUNICIPAL (PANDEMIA GRIPE A/H1N1) E PLANO DE CONTINGÊNCIA INTERNO PARA OS PAÇOS DO MUNICÍPIO (PANDEMIA GRIPE A/H1N1)**-----

**D.A.G.F./DOC.3**

-----**Por proposta do Presidente da Câmara, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Plano de Contingência Municipal (Pandemia Gripe A/H1N1) e o Plano de Contingência Interno para os Paços do Município (Pandemia Gripe A/H1N1), documentos que se anexam e que ficam a fazer parte integrante desta acta.**-----

**3.3 - PEDIDOS DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS:**-----

-----**3.3.1 - SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE GALIZES**-----

**D.A.G.F./Proc. 47/11**

-----**Requer a isenção do pagamento das taxas inerentes à limpeza da fossa do Centro de Dia de Lourosa.**-----

-----**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do nº 2 do artigo 6º do Regulamento de Liquidação e Cobrança das Taxas e Tarifas, isentar a Santa Casa da Misericórdia de Galizes do pagamento das taxas inerentes ao vazamento da referida fossa no montante de 63,55 € (Sessenta e três euros e cinquenta e cinco cêntimos), conforme solicitado, considerando estas despesas no conceito das taxas e tarifas previsto na referida norma regulamentar.**-----

-----**3.3.2 - NAIR ASSUNÇÃO HENRIQUES**-----

**D.A.G.F./Proc.47/1**

-----**Requer a isenção do pagamento das despesas inerentes à construção de um Ramal de Saneamento no montante de 205,51 € (Duzentos e cinco euros e cinquenta e um cêntimos).**-----





MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----De acordo com a informação social, datada de 18 de Janeiro de 2010, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e de acordo com o disposto no artigo 2º do Regulamento de Subsídios e Isenção de Taxas a Famílias Carenciadas, conjugado com o artigo 20º do Regulamento de Liquidação e Cobrança das Taxas e Tarifas pela Concessão de Licenças e Prestação de Serviços pela Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, deferir o pedido.-----

-----Foi igualmente deliberado isentar a D. Nair Assunção Henriques, do pagamento das despesas inerentes à construção de um ramal de água na sua habitação no montante de 122,77 € (Cento e vinte e dois euros e setenta e sete cêntimos), e correspondentes taxas de ligação de água no montante de 33,24 € (Trinta e três euros e vinte e quatro cêntimos).-----

-----No seguimento da discussão do assunto acima em análise, o Vereador Mário Alves referiu ter conhecimento de que efectivamente se trata de uma situação social extrema, salientando que, havendo possibilidade, a Câmara Municipal deveria dar alguma dignidade à habitação daquela senhora.-----

-----O Presidente da Câmara referiu-se também à existência de alguns casos sociais problemáticos na freguesia de Seixo da Beira, sublinhando que, face à existência de algumas casas vagas no Bairro Social daquela freguesia, a Câmara Municipal está a providenciar a realização de obras de melhoria nas mesmas para que estas possam vir a ser utilizadas no acolhimento de situações sociais de emergência. Lembrou ainda a situação de um idoso residente na freguesia de Seixo da Beira que vive em míseras condições habitacionais, quando tem filhos que até o poderiam acolher nas suas próprias casas, pois tem conhecimento de que terão possibilidades para isso, ou mesmo encaminhá-lo para um Lar de idosos. Reconhece no entanto que, muitas vezes, mesmo que se queira resolver o problema de alguns destes agregados familiares, é mostrada alguma resistência, pois nem sempre aceitam este tipo de ajudas.-----

-----O Vereador Mário Alves referiu que, no que diz respeito ao senhor idoso residente em Seixo da Beira, e caso a habitação seja própria, a Câmara Municipal, à semelhança do que era feito no anterior mandato, poderia propor ao mesmo que, a Câmara Municipal executaria todas as obras necessárias na sua habitação, e este, através da assinatura de um documento, atestaria que, à sua morte, a habitação reverteria a favor, ou da Junta de Freguesia local ou da respectiva Câmara Municipal para ocorrer a situações sociais, ao que o Presidente da Câmara referiu tratar-se de uma possibilidade que não foi pensada, não descurando a hipótese da mesma vir a ser devidamente equacionada pela Câmara Municipal. -----

-----O Vereador José Francisco Rolo deu conta de que são efectivamente conhecidas algumas situações de precariedade social no concelho de Oliveira do Hospital. Disse igualmente que têm vindo a ser realizados trabalhos de proximidade, usando a Rede Social do concelho e bem assim as Técnicas de Acção Social que desenvolvem trabalho no terreno para sinalizar esses casos. Deu ainda conta de que brevemente haverá uma alteração em termos de acção social no concelho, referindo que vai ser criada uma única Plataforma de Atendimento Social, articulada com os serviços da Segurança Social, em que cada freguesia, cada Técnico Social faz a sinalização que reporta de imediato a essa plataforma central, e que depois direcciona cada caso, de acordo com a sua especialidade para que não haja a dispersão do atendimento. Referiu igualmente que “têm sido produzidas várias informações sociais, temos dado prioridade às questões habitacionais, mas em alguns casos as casas podem ser intervencionadas, noutros casos não, porque não são propriedade de quem habita nelas”. Reconhece no entanto que a solução apresentada pelo Vereador Mário Alves para a resolução de alguns casos sociais emergentes, pode efectivamente ser avaliada. Quanto às situações mais complexas referiu que tem sido desenvolvido um trabalho de sensibilização para acolhimento em Lar, ou como alternativa, e havendo alguma autonomia, em Centro de Dia,



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

reconhecendo igualmente que muitas vezes não é fácil convencer as pessoas a tomarem este tipo de decisões. -----

**3.4 - ANULAÇÃO DE RECEITA VIRTUAL POR PRESCRIÇÃO - RECEITAS DO ANO DE 2001, RELATIVAS A OCUPAÇÃO DE TERRADO DA FEIRA, TAXA DE CONSERVAÇÃO DE ESGOTOS E CONSUMO DE ÁGUA** -----

D.A.G.F./DOC.4

-----Nos termos do disposto no nº 1 do artigo 48º do Decreto-Lei nº 398/98, de 17 de Dezembro, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e de acordo com a informação dos serviços, datada de 27 de Janeiro de 2010, proceder à anulação das dívidas prescritas relativas ao Ocupação de Terrado da Feira, Taxa de Conservação de Esgotos e Consumo de Água, respeitantes aos anos de 2001, no montante de 44.491,79 € (Quarenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e um euros e setenta e nove centímetros), e que constam das listagens que se anexam e que ficam a fazer parte integrante desta acta, devendo os responsáveis pelos serviços emissores a que os respectivos rendimentos dizem respeito proceder à anulação dos conhecimentos em poder da Tesouraria Municipal. -----

-----Sobre o assunto, o Vereador Mário Alves referiu que “infelizmente, tem sido uma situação habitual na Câmara Municipal”. Entende no entanto que “a autarquia tem que fazer um esforço fiscal muito grande na cobrança destas dívidas”, sugerindo que, uma vez que existe mais pessoal a trabalhar na Câmara Municipal, ao abrigo do acordo celebrado com o Instituto do Emprego e Formação Profissional, deve ser feito um esforço nesse sentido, uma vez que todos os anos surgem valores excessivos. Admitiu ainda existirem situações de cobrança impossível, nomeadamente no domínio do abastecimento de água, em virtude de, muitas vezes resultarem de alteração de residência sem que seja dado conhecimento à Câmara Municipal e outras por questões relacionadas com a celebração de novos contratos, sem que antes seja confirmada a possível existência de dívidas anteriores. -----

-----O Director do Departamento de Administração Geral e Finanças esclareceu que o valor total da dívida está inflacionado devidos a algumas questões relacionadas com o processo disciplinar que decorreu no ano de 2001, no âmbito da prestação de serviços por parte do Serviço de Águas e Saneamento da Câmara Municipal. -----

**3.5 - CIMPIN - AGENDA 21 LOCAL** -----

D.A.G.F./Procº42/DOC.5

-----Foi presente pelo Presidente da Câmara um *mail*, remetido pela entidade em epígrafe, em 13 de Janeiro do corrente ano, a dar conta de que o processo da Agenda 21 Local para os 14 municípios do Pinhal Interior Norte se encontra em execução e em fase final, encontrando-se igualmente a pagamento o valor correspondente à Comparticipação da Componente Nacional pelas Autarquias na elaboração daquele documento. -----

-----Pelo exposto, o Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à CIMPIN – Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte um subsídio no montante de 6.153,27 € (Seis mil, cento e cinquenta e três euros, e vinte e sete centímetros), valor correspondente à comparticipação do Município de Oliveira do Hospital na elaboração do documento em causa, conforme mapa que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta. -----

-----Sobre o assunto, e a pedido do Presidente da Câmara, o Vereador Mário Alves prestou alguns esclarecimentos relativamente à forma como foi efectuada a repartição do valor total pelos 14 Municípios que aderiram à elaboração da Agenda 21 Local. -----

-----O Presidente da Câmara referiu esperar que a Agenda 21 traga algo de muito positivo para o concelho, dando conta que a empresa responsável pela sua elaboração já realizou o primeiro relatório, embora não seja o definitivo. -----

-----O Vereador José Francisco Rolo esclareceu que o primeiro relatório da Agenda 21 Local resultou de um inquérito que foi distribuído à população do concelho de Oliveira do Hospital e aos funcionários da autarquia, para fazerem o retrato da comunidade “na óptica daquilo que são os objectivos da Agenda 21 Local”, e que considera ser “basicamente o roteiro para a sustentabilidade”. Informou igualmente que este relatório pôde ser enviado, quer por *e-mail*, quer em formato de papel, salientando que “foi um primeiro retrato feito junto da comunidade”. Disse ainda que “a Agenda 21 Local está constituída no Município de Oliveira do Hospital através de dois órgãos, o Grupo Coordenador, que é composto por seis pessoas, e o Fórum participativo, que é composto por 25 pessoas, lembrando que, ainda hoje, pelas 18:30 h, no Salão Nobre dos Paços do Município, terá lugar a primeira reunião do Fórum participativo, para a qual foram convidados representantes da comunidade, representantes de todos os partidos políticos com assento na Assembleia Municipal, e bem assim representantes dos vários sectores do concelho. Concluiu referir esperar que com o desenvolvimento deste projecto, o trabalho que surgir possa servir de facto para orientar a política do município, lembrando que, neste momento, o trabalho que foi realizado é ao nível de diagnóstico. -----

-----O Vereador José Carlos Mendes questionou o Vereador José Francisco Rolo relativamente à identidade das seis pessoas que compõem o Grupo Coordenador, ao que aquele responsável informou existir um elo de ligação entre a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital e a SPI, que é a Dra. Ângela Marques, funcionária da autarquia, e que é responsável por todo o trabalho técnico e de dinamização da Agenda. No que diz respeito à componente política informou que o Grupo Coordenador é composto pela sua pessoa, pela Vereadora Graça Silva, pelo Chefe de Gabinete do Presidente, Artur Abreu e pelo Secretário do Presidente da Câmara e responsável pelo Gabinete de Apoio às Freguesias do concelho, Daniel Costa. Mais referiu que o Grupo em causa é ainda composto por um Representante da Caule, Nuno Santos, e por um Representante da ESTGOH, Abel de Carvalho, doutorado na área de Engenharia do Ambiente e pelo Investigador da FCTUC - Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, João Mendes. Referiu igualmente que o Fórum Participativo é composto por 25 pessoas, incluindo representantes da Assembleia Municipal, das Juntas de Freguesia, das Associações Desportivas, das IPSS's, das Associações Culturais e Ambientais, dos Bombeiros Voluntários e da GNR. -----

**3.6 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS:** -----

**A) AUTARQUIAS:** -----

-----**A -1) FREGUESIA DE ERVEDAL DA BEIRA** -----

D.A.G.F./Procº53/4





MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Freguesia de Ervedal da Beira, um subsídio no montante de **9.000,00 € (Nove mil euros)**, a título de comparticipação nos custos decorrentes da pavimentação da Rua da Quelha de São João e da Rua do Cimo da Vila, naquela freguesia, e bem assim com a construção de um assento de base para os contentores do lixo, com lancil, e arranjo de um muro danificado pelo manuseamento daquele equipamento, na localidade de Fiais da Beira. -----

-----**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 6 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta** -----

-----No seguimento da discussão do assunto acima em análise, o Vereador Mário Alves declarou que “sabendo eu, e tendo eu conhecimento de que existem pedidos de apoio financeiro de muitas outras freguesias, e que já se encontram em análise, há bastante tempo; tendo o senhor Presidente da Câmara, ainda no ano transacto, aquando da atribuição de um subsídio para a Junta de Freguesia de Lagares da Beira, para obras que já se encontravam executadas e pagas, e depois de eu ter aqui referido que “o mesmo critério deveria ser seguido para as outras freguesias”, afirmado neste fórum de que “viriam todos a reunião de executivo para que efectivamente se pudesse ponderar isso”, não percebo o porquê de virem a reunião de executivo apenas 3 pedidos de freguesias, e não de todas as outras, cujos pedidos já estarão devidamente fundamentados.” -----

-----O Presidente da Câmara esclareceu que, no que diz respeito a pedidos de apoio formulados por Juntas de Freguesia, os que trouxe a reunião dizem respeito a trabalhos que foram executados em curto prazo, enquanto que, os que se encontram pendentes, englobam um conjunto de obras a realizar. Esclareceu ainda que “a minha intenção é, neste momento, realizar uma reunião com os Presidentes de Junta de Freguesia, no sentido de que, a tão “apregoadá” delegação de competências, que desde sempre defendi, seja dada àqueles responsáveis, para não ficarmos tão dependentes destes subsídios”. Disse igualmente que o objectivo desta reunião visa essencialmente a negociação com todos os Presidentes de Junta de Freguesia da definição de critérios justos, sublinhando no entanto que ainda não teve oportunidade para agendar a mesma. Mais referiu que a intenção deste executivo é atribuir uma verba global no montante de 500 mil euros para as freguesias, no âmbito da referida delegação de competências. Considera no entanto que deve ser encontrado um critério justo que tenha também a ver com o número de localidades anexas a cada freguesia, e para o qual, na sua opinião, é necessário entrar em acordo com todos os Presidentes de Junta de Freguesia, lembrando que anteriormente era atribuído um valor de 132 mil euros. Salientou ainda que esta intenção, ao longo deste ano, servirá como experiência, para que a Câmara Municipal não fique tão dependente da atribuição deste tipo de subsídios. Mais referiu que, neste momento, o Gabinete de Apoio às Freguesias está a efectuar um levantamento/planeamento das necessidades em cada freguesia, para quatro anos, “tratando-os por igual” e negociando com cada Presidente de Junta, a calendarização para execução das obras de maior volume financeiro, sublinhando que “aquilo que eu não quero é que os Presidentes de Junta dependam absolutamente da vontade do executivo. Aquilo que eu quero é ser justo, porque não quero que haja Presidentes de Junta tratados de primeira, e outros tratados de segunda”. Referiu ainda que assim que tiver um documento delineado sobre esta matéria fará questão de que o mesmo seja presente em reunião de executivo a fim de ser analisado e discutido em conjunto. Disse ainda desconhecer se a atribuição destes 500 mil euros será ou não justo, mas considera que nesta fase terá que ter algum cuidado face ao número de obras que tem lançado. -----

-----O Vereador Paulo Rocha tomando uso da palavra, esclareceu que o valor do subsídio anual que era atribuído às Juntas de Freguesia no montante de 132 mil euros, não era o único montante



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

que a Câmara Municipal transferia para as freguesias, lembrando a existência da atribuição dos subsídios pontuais, como agora acontece, e bem assim as empreitadas de investimento nas freguesias que, na sua opinião, “muitas vezes não são contabilizadas para efeito de investimento, mas que têm também a sua relevância”. -----

-----O Presidente da Câmara disse ter consciência que todos os investimentos do Município eram freguesias, salientando que a sua pretensão é apenas dar alguma autonomia às respectivas Juntas de Freguesia, para que estas não dependam da Câmara Municipal. -----

-----O Vereador Paulo Rocha lembrou que a partir do momento em que a Câmara Municipal entrega 500 mil euros, as Juntas de Freguesia estarão sempre dependentes da Câmara Municipal, ficando apenas com alguma autonomia na sua gestão. -----

-----O Vereador José Carlos Mendes referiu considerar importante que o valor a atribuir a cada freguesia seja calculado com base no número de localidades anexas a cada uma delas, manifestando a sua disponibilidade para participar na elaboração de um documento que contemple esta matéria. --

-----**A -2) FREGUESIA DE NOGUEIRA DO CRAVO**-----

D.A.G.F./Procº53/4

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Freguesia de Nogueira do Cravo, um subsídio no montante de **217,20 € (Duzentos e dezassete euros e vinte centimos)**, como comparticipação pela cobrança dos recibos de água no período compreendido entre Fevereiro e Dezembro de 2009. -----

-----**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 6 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta.** -----

-----**A -3) FREGUESIA DE SEIXO DA BEIRA**-----

D.A.G.F./Procº53/4

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Freguesia de Seixo da Beira, um subsídio no montante de **18.000,00 € (Dezoito mil euros)**, como apoio à execução da empreitada do Largo da Capela de Seixas da Beira e Rua António Espírito Santo Fernandes na Sobreda. -----

-----**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 6 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta.** -----

**B) INSTITUIÇÕES:**-----

-----**B - 1) ANMP - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES**-----

D.A.G.F./Procº53/4

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, um subsídio no montante de **1.250,00 € (Mil duzentos e cinquenta euros)** como apoio à institucionalização do Poder Local Democrático em Timor-Leste. -----

-----**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta.** -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

**-----B - 2) FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE NOGUEIRA DO CRAVO (CONSELHO ECONÓMICO E PAROQUIAL - IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO)-----**

**D.A.G.F./Procº53/4**

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Nogueira do Cravo (Conselho Económico e Paroquial – Irmandade de Nossa Senhora do Rosário), um subsídio no montante de **3.500,00 € (Três mil e quinhentos euros)** como apoio à realização de obras de beneficiação no terreno anexo à igreja matriz, denominado de “Paçal”, na freguesia de Nogueira do Cravo.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta. -----

**-----B -3) FILARMÓNICA SANGIANENSE (ESCOLA DE MÚSICA)-----**

**D.A.G.F./Procº53/4**

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Filarmónica Sangianense – Escola de Música, um subsídio no montante de **2.000,00 € (Dois mil euros)** como apoio à aquisição de sete novos fardamentos e bem assim à manutenção e arranjo de instrumentos musicais. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta. -----

**C) PROGRAMA FÉRIAS OCUPADAS 2009-----**

**D.A.G.F.**

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e de acordo com a informação dos serviços, datada de 19 de Janeiro de 2010, rectificar o valor total do subsídio atribuído ao Centro Paroquial de Solidariedade Social da Freguesia de Santa Ovaia, no âmbito do Programa Férias Ocupadas 2009, no sentido de esclarecer que o mesmo é de 325,00 € (Trezentos e vinte e cinco euros) e não de 300,00 € (Trezentos euros), como é mencionado no mapa anexo à deliberação de Câmara de 29 de Setembro de 2009.-----

-----Pelo exposto, e sob proposta do Presidente da Câmara foi igualmente deliberado autorizar o processamento de 25,00 € (Vinte e cinco euros) a favor do Centro Paroquial de Solidariedade Social da Freguesia de Santa Ovaia, uma vez que aquela entidade apenas recebeu 300,00 € em vez de 325,00 €. -----

**3.7 - OBRAS PARTICULARES:-----**

**-----3.7.1 - LISTAGEM DE PROJECTOS DEFERIDOS E INDEFERIDOS -----**

**D.A.G.F./DOC.6**

-----O Presidente da Câmara deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os processos de licenciamento de obras particulares, no período compreendido entre 20 de Janeiro e 1 de Fevereiro de 2010, e que constam da listagem que se anexa e que fica a fazer parte desta acta. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----O Vereador Mário Alves solicitou ao Presidente da Câmara autorização para consultar dois dos projectos constantes na listagem anexa à presente acta, solicitação que foi aceite por aquele responsável. -----

**3.8 - OBRAS MUNICIPAIS: -----**

**3.8.1 - CEDÊNCIA DE TERRENOS PARA EXECUÇÃO DA OBRA "ESTRADA DO VALE DO ALVA, 3ª FASE - TROÇO III - ALDEIA DAS DEZ/ VALE DE MACEIRA" - PAGAMENTO DE INDEMNIZAÇÕES -----**

**-----3.8.1.1 – ANTÓNIO DE JESUS QUINTINO -----**

D.S.T

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e de acordo com a informação do Adjunto do Presidente da Câmara e Responsável do GDES, datada de 25 de Janeiro de 2010, proceder ao pagamento de uma indemnização no montante de 1.100,00 € (Mil e cem euros) ao Sr. António de Jesus Quintino, residente na Rua do Comandante Sacadura Cabral, 20, R/C - Dtº, 2620-278 Ramada - Odivelas, pela ocupação da parcela de terreno de mato nº 182, com a área de 440,00 m<sup>2</sup>, para execução da empreitada de “Estrada do Vale do Alva, 3ª Fase – Troço III – Aldeia das Dez/ Vale de Maceira”. -----

**-----3.8.1.2 – ELISETE DA CONCEIÇÃO MENDES LOURENÇO MATIAS -----**

D.S.T

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e de acordo com a informação do Adjunto do Presidente da Câmara e Responsável do GDES, datada de 25 de Janeiro de 2010, proceder ao pagamento de uma indemnização no montante de 2.290,00 € (Dois mil, duzentos e noventa euros) à Sra. Elisete da Conceição Mendes Lourenço Matias, residente na Quinta da Tapada, S/N – Oliveirinha, 3430-148 Carregal do Sal, pela ocupação das parcelas de terreno abaixo descritas, para execução da empreitada de “Estrada do Vale do Alva, 3ª Fase – Troço III – Aldeia das Dez/ Vale de Maceira”: -----

- a) nº 204, terreno de mato, com a área de 50,00 m<sup>2</sup> -----
- b) nº 206, terreno de mato, com a área de 115,00 m<sup>2</sup> -----
- c) nº 208, terreno de mato, com a área de 112,00 m<sup>2</sup> -----
- d) nº 211, terreno de mato, com a área de 76,00 m<sup>2</sup> -----
- e) nº 233, terreno de mato, com a área de 258,00 m<sup>2</sup> -----
- f) nº 255, terreno de mato, com a área de 117,00 m<sup>2</sup> -----
- g) nº 286-D, terreno de cultivo, com a área de 69,00 m<sup>2</sup> -----
- h) nº 286-E, terreno de cultivo, com a área de 25,00 m<sup>2</sup> -----

**-----3.8.1.3 – ILDA DA ASSUNÇÃO DA COSTA E SILVA -----**

D.S.T

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e de acordo com a informação do Adjunto do Presidente da Câmara e Responsável do GDES, datada de 25 de Janeiro de 2010, proceder ao pagamento de uma indemnização no montante de 1.140,00 € (Mil cento e quarenta euros) à Sra. Ilda da Assunção da Costa e Silva, residente em Goulinho, 3400-262 Aldeia das Dez, pela ocupação da parcela de terreno de cultivo nº 288, com a área de 228,00 m<sup>2</sup>, para execução da empreitada de “Estrada do Vale do Alva, 3ª Fase – Troço III – Aldeia das Dez/ Vale de Maceira”. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----No seguimento do assunto em epígrafe, o Vereador Mário Alves disse tratar-se de uma questão que por várias vezes aqui foi abordada pelo Presidente da Câmara sempre que se referia à empreitada de “Estrada do Vale do Alva, 3ª Fase – Troço III – Aldeia das Dez/ Vale de Maceira”, salientando que “verifico agora, tal como tinha sido a minha percepção, quando reuni com os proprietários dos terrenos, de que o valor em causa não atinge os cinco mil euros, ou seja, um valor que é manifestamente irrelevante, relativamente ao custo da mencionada empreitada. Entende no entanto que, para além da relação ora apresentada, com vista ao pagamento das referidas indemnizações, deveria também ser apresentada à Câmara Municipal uma relação completa de todas as pessoas que cederam os terrenos gratuitamente, ou sob contrapartida de resolução de pequenas situações, para conhecimento e agradecimento dessa disponibilidade, a fim de evitar problemas no futuro. -----

**3.9 - ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO: -----**

**-----3.9.1 - MAPA DE TRANSPORTES -----**

**D.A.G.F./DOC.7**

-----Nos termos do disposto no nº 3 do artigo 65º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro na actual redacção, o Presidente da Câmara deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os pedidos de cedência de transportes, no período compreendido entre 18 e 31 de Janeiro de 2010, e que constam da listagem que se anexa e que fica a fazer parte desta acta. -----

**-----3.9.2 - ESPÓLIO DO PINTOR AGOSTINHO DUARTE -----**

**D.A.G.F./Procº6**

-----Na sequência do assunto abordado pelo Vereador Albano Almeida, em reunião da Câmara Municipal de 18 de Agosto de 2009, no anterior mandato, foi presente pelo Presidente da Câmara um *mail*, remetido em 11 de Novembro de 2009, por Luciano Lourenço, a prestar alguns esclarecimentos relativamente ao espólio do Pintor Agostinho Duarte, solicitando ao Vereador Mário Alves que se pronunciasse sobre o assunto, uma vez que o referido *mail* faz alusão à resposta dada na altura por aquele responsável, à data Presidente da Câmara. -----

-----Com conhecimento prévio do *mail* em causa, o Vereador Mário Alves referiu que não se iria pronunciar sobre o assunto, afirmando que “eu não entro em mexicanização da política”, recomendando ao Presidente da Câmara para que, nestas situações, primeiro procure anexar os antecedentes, analise o assunto, e só depois o traga a reunião de executivo. Disse igualmente tratar-se de um assunto que foi tratado pela ex. Vereadora Fátima Antunes, na sequência de comunicações tidas com este mesmo senhor. -----

-----O Presidente da Câmara referiu ter sido essa a sua preocupação, pelo que solicitou aos serviços que previamente anexassem ao documento cópia de parte da acta em que foi discutido este assunto, sublinhando que “eu tenho tido esse cuidado para que não haja aqui nenhum achincalhamento político”. Referiu ainda que “o meu objectivo é repor a verdade, tal como me é solicitado por este cidadão”. -----

-----O Vereador Mário Alves referiu que “mas o senhor Presidente, para informar, tem que conhecer os antecedentes, e isto não “caiu” por acaso na Câmara. Portanto, não foi a Câmara que soube que o Sr. Agostinho Duarte faleceu. Tudo isso teve um princípio, e portanto é preciso conhecer os antecedentes, informar-se sobre esses antecedentes, formar o seu juízo de valor e depois verificar se há necessidade ou não de o assunto ir a reunião de Câmara”. -----





MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----O Presidente da Câmara esclareceu que “não há aqui, da minha parte, nenhuma intenção de o confrontar, aquilo que eu pretendo do senhor é apenas um esclarecimento relativamente à propriedade do espólio em causa, ou seja, saber se o espólio é ou não da câmara Municipal, porque eu desconheço todo este processo”. -----

-----O Vereador Mário Alves disse não se recordar de como é que foi desencadeado este processo, sublinhando que a melhor forma do Presidente da Câmara saber a verdade é recolher toda a informação, e só depois fazer o seu juízo de valor relativamente a esta matéria. -----

-----O Presidente da Câmara esclareceu que decidiu trazer este assunto a reunião de executivo, na tentativa de obter alguns esclarecimentos por parte do Vereador Mário Alves, para poder ajudar a resolver o problema. Referiu ainda que não houve da sua parte qualquer intenção propositada pelo facto de se tratar de uma reunião pública. Esclareceu ainda que “não foi com essa intenção, porque tem havido aqui, entre nós todos, um clima de colaboração que a mim me apraz”.-----

-----O Vereador José Carlos Mendes explicou que foi num encontro com o Prof. Luciano Lourenço que teve conhecimento de que era vontade do pintor Agostinho Duarte, que grande parte da sua obra ficasse no concelho de Oliveira do Hospital, porque apesar de ter emigrado para o Brasil, Aldeia das Dez e Oliveira do Hospital, nomeadamente o Goulinho, eram para ele muito importantes. Disse ainda que foi também através desse contacto que teve conhecimento que foi ao Prof. Luciano Lourenço que coube a responsabilidade de colocar em Oliveira do Hospital, particularmente junto da Câmara Municipal, o espólio em causa, apesar de não se ter concretizado qualquer doação. Entende no entanto que o executivo deve efectivamente mover todos os esforços no sentido de que aquele património fique no concelho de Oliveira do Hospital. -----

-----**A Câmara Municipal tomou conhecimento.** -----

-----**Neste momento, o Vereador Paulo Rocha ausentou-se da sala de reuniões por motivos profissionais.** -----

-----**3.9.3 - ALTERAÇÃO DO TRÂNSITO NO ESPAÇO ENVOLVENTE AO MERCADO MUNICIPAL** -----

D.A.G.F./Procº10

-----Sobre o assunto em epígrafe foi presente pelo Presidente da Câmara o seu despacho, datado de 25 de Janeiro de 2010, e que a seguir se transcreve na íntegra:-----

-----“Nos termos da alínea u) do nº 1 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, e no uso da competência que me foi delegada pela Câmara Municipal, em sua reunião de 9 de Novembro de 2009, determino o seguinte:-----

-----**1 – A alteração do trânsito no espaço envolvente ao Mercado Municipal, que passará a ser feito num só sentido nos arruamentos norte e oeste;** -----

-----**2 – A transferência da zona de estacionamento de táxis que se encontrava defronte do Pavilhão Municipal para a zona defronte do edifício do Mercado Municipal.** -----

-----Mais determino que se dê conhecimento do teor do presente despacho à Câmara Municipal na sua próxima reunião. -----

-----Paços do Município de Oliveira do Hospital, 25 de Janeiro de 2010-----

-----O Presidente da Câmara Municipal-----

----- José Carlos Alexandrino Mendes -” -----

-----**A Câmara Municipal tomou conhecimento.** -----

-----Ainda no seguimento da apresentação deste assunto, o Presidente da Câmara fez saber de que foi criada uma sala de espera para todos os utilizadores de transportes públicos no edifício do



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

Mercado Municipal, até que se verifique a construção de uma Central de Camionagem, uma obra que considera ser prioritária para este executivo. Disse ainda que têm sido desenvolvidas diligências no sentido de criar uma parceria entre o Município de Oliveira do Hospital e os CTT para que aqueles serviços também possam transferir a sua área de logística para aquele edifício. Explicou igualmente que a sala em causa foi criada provisoriamente numa tentativa de melhoria de condições para todos os utentes dos transportes públicos. -----

-----O Vereador Mário Alves referiu-se à zona de estacionamento de táxis, lembrando que a Câmara Municipal, no final do anterior mandato, e na sequência de um pedido formulado pelos taxistas deliberou fixar quatro lugares defronte do Quartel dos Bombeiros Voluntários, na proximidade do posto de combustíveis, um lugar junto à farmácia Gonçalves, sendo que os restantes lugares manter-se-iam em frente à Câmara Municipal. Estranha no entanto o facto desta deliberação ter sido agora alterada através de um despacho do Presidente da Câmara, quando no seu entender também deveria ser este órgão a decidir sobre a sua alteração. -----

-----O Presidente da Câmara informou que na sequência de algumas reuniões tidas com aqueles profissionais e respectivas Associações, pôde verificar a existência de algumas dificuldades de entendimento entre os taxistas, pelo que, independentemente da referida deliberação, tem estado a ser discutido, em conjunto, um novo reajustamento de lugares, faltando apenas uma reunião definitiva para se consolidar todo este processo. Frisou ainda que apesar de já existir um projecto de requalificação para a via em frente ao Supermercado “Irmãos Gonçalves”, considera também ser prioritária a requalificação da avenida em frente ao Mercado Municipal, que pelo que pôde perceber não está contemplada no mesmo projecto. -----

-----O Vereador Mário Alves deu conta de que existe um projecto de requalificação para toda aquela avenida, devidamente aprovado em reunião de executivo. -----

-----O Presidente da Câmara referiu estranhar o facto dos serviços apenas lhe terem feito referência à existência de um projecto para obras a realizar na via em frente àquele edifício comercial. Considera no entanto que depois de ser requalificada aquela avenida, Oliveira do Hospital ficará uma cidade mais bonita, mais eficiente e mais eficaz em termos de trânsito. -----

**-----3.9.4 - GIP - GABINETE DE INSERÇÃO PROFISSIONAL /CONTRATO LOCAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL -----**

-----O Vereador José Francisco Rolo referiu-se ao Gabinete de Inserção Profissional, dando conta que o mesmo já foi criado e está a funcionar nas instalações do Posto de Atendimento do IEFPP – Instituto do Emprego e Formação Profissional. Mais referiu que o GIP resulta de um projecto candidatado pelo Município de Oliveira do Hospital, aprovado pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, e está a ser coordenado pela Técnica de Sociologia, Dra. Olga Nunes, funcionária da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital. Explicou ainda que o local escolhido se deve ao facto de todos os parceiros deste projecto entenderem que, quer o Gabinete de Inserção Profissional, quer o projecto do Contrato Local de Desenvolvimento Social, deveriam funcionar no mesmo espaço. Disse ainda que o Contrato Local de Desenvolvimento Social resulta de uma parceria celebrada entre o Município de Oliveira do Hospital e a Segurança Social, e que a entidade executora deste projecto é a Associação de Desenvolvimento do Vale do Cobral, sediada em Meruge. Esclareceu igualmente tratar-se de dois novos projectos e dois novos serviços que foram criados para servir a população, quer ao nível do apoio social, quer ao nível da procura de emprego, quer ao nível de apoio técnico para a elaboração de candidaturas e de projectos de candidatura, de acordo com os vários programas. Mais referiu que houve assim uma aproximação de competências técnicas para trabalhar em conjunto no apoio à população em busca de emprego e bem assim para



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

dar apoio social à população desempregada. Referiu ainda que são dois novos projectos ao serviço da população e sobre os quais será desenvolvido um trabalho de desafio permanente às suas funções. Concluiu dando conta que a seu tempo trará a reunião de executivo indicadores de funcionamento destes dois novos serviços na cidade, quer em termos de atendimento, quer em termos do tipo de utentes que utilizam este serviço e o trabalho que vai sendo desenvolvido no âmbito das candidaturas realizadas, e intervenções que vão tendo no terreno. Disse ainda que, quer o Gabinete de Inserção Profissional, quer o Contrato Local de Desenvolvimento Social, fazem parte da nova Plataforma de Atendimento Social do concelho de que fez referência no início da presente reunião, salientando que, terminadas as obras no edifício, e quando estiver tudo devidamente apresentado, é intenção do executivo em permanência convidar todos os membros do executivo e a comunicação social, a fazerem uma visita às instalações e aos serviços que lá serão desenvolvidos.-

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

-----**3.9.5 - ESCOLA SECUNDÁRIA C/ 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL**-----

D.A.G.F./Procº29/2

-----Foi presente pelo Presidente da Câmara o ofício nº 1964, de 13 de Janeiro de 2010, remetido pelo Director da Escola Secundária c/ 3º Ciclo do Ensino Básico de Oliveira do Hospital, a prestar alguns esclarecimentos face à notícia veiculada pelo Jornal Correio da Beira Serra, na sequência das declarações proferidas pelo Vereador Mário Alves em reunião da Câmara Municipal de 5 de Janeiro de 2009, aquando da discussão do assunto relacionado com o Agrupamento de Escolas Brás Garcia de Mascarenhas, e que a seguir se transcreve na íntegra: -----

-----*“Tendo chegado ao meu conhecimento, através do jornal Correio da Beira Serra de 13/01/2010, página 7, algumas afirmações falaciosas proferidas na reunião do Executivo Camarário de 5 de Janeiro do corrente, pretendo, na qualidade de Director da Escola Secundária de Oliveira do Hospital, esclarecer os pontos abaixo discriminados: -----*

-----1. Esta escola tem uma situação financeira perfeitamente normal para uma instituição com estas características, apesar das louváveis iniciativas que têm sido levadas a cabo com o conhecimento e aquiescência da comunidade escolar;

-----2. É também sabido que não existe qualquer obrigação de carácter económico da autarquia para com a Escola Secundária pelo que, qualquer pretensa justificação neste âmbito, a existir, seria perfeitamente incongruente, disparatada e grotesca;

-----3. Ironicamente, sempre que a autarquia colaborou e apoiou com verbas específicas, este estabelecimento de ensino enalteceu de forma clara e honesta, nos órgãos competentes, tal postura e seu rigoroso cumprimento; -----

-----4. É nosso apanágio pautar todas as actividades que exercemos no mais rigoroso cumprimento de valores (dignidade, respeito entre outros) que, por vezes, andam arredios de quem tem, naturalmente enganos; -----

-----No que concerne a outras afirmações/insinuações proferidas sobre a instituição e a minha pessoa declaro que a ética, o bom senso, e as mais elementares regras de cidadania, me aconselham, a não tecer qualquer comentário.-----

-----Darei conhecimento do teor desta missiva ao Conselho Geral Transitório e Conselho Pedagógico desta Escola.-----

-----Destas considerações, se assim o considerar necessário ou indispensável, queira V. Exa. fazer o uso que lhe aprouver.-----

-----O Com os melhores cumprimentos,-----

-----~~/~~ Director -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----Cristina Borges-----  
-----*(Lic. Albano Pinto Dinis)*-----

-----Com conhecimento prévio do ofício em causa, o Vereador Mário Alves interveio referindo que “esta comunicação é tão importante que o Senhor Director da Escola nem a assinou, assinou a Sra. Cristina Borges pelo senhor Director. Bom, deixo para que os oliveirenses pensem neste tipo de procedimentos, e façam a sua respectiva análise, para ver onde é que determinadas pessoas pretendem chegar”. Lembrou no entanto que de acordo com o teor da acta da reunião da Câmara Municipal de 5 de Janeiro de 2010, e ao contrário do que é dito no presente ofício, a Vereadora Telma Martinho assumiu que, sendo a instituição onde trabalha havia falado com o Director da Escola sobre o assunto. Prosseguiu lendo o excerto de cópia da acta de 5 de Janeiro de 2010, sobre o assunto em apreço, e que a seguir se transcreve na íntegra, salientando que “aquilo que está em acta é claro, é objectivo, e desfaz tudo aquilo que é o conteúdo desta carta. E como a gente de Oliveira do Hospital é gente boa e gente inteligente, percebe o que está aqui subjacente”: -----

-----“A Vereadora Telma Martinho referiu-se à questão levantada pelo Vereador Mário Alves, em reunião da Câmara Municipal de 10 de Dezembro de 2009, quando este disse “ter tido conhecimento de que o Agrupamento de Escolas Brás Garcia de Mascarenhas tinha usado o nome da Câmara Municipal para justificar o não pagamento de algumas dívidas, que porventura tivessem a alguns fornecedores”. Referiu igualmente que, “em reunião da Câmara Municipal de 22 de Dezembro de 2009, o senhor Vereador Mário Alves pediu para que, em seu nome se apresentasse um pedido de desculpas àquele Agrupamento de Escolas, porque tinha utilizado indevidamente o nome do Agrupamento de Escolas Brás Garcia de Mascarenhas, uma vez que não era o Agrupamento, mas sim a Escola Secundária de Oliveira do Hospital”. Prosseguiu referindo que “obviamente, sendo a instituição onde eu trabalho, falei com o Director da Escola Secundária de Oliveira do Hospital, e, em seu nome, quero dizer que, de facto nunca foi tecido nenhum tipo de comentário a este nível, e que as dívidas que a Escola Secundária tem, neste momento, são dívidas consideradas normais para aquela instituição, e que, pelo contrário, sempre que se tem referido à Câmara Municipal tem-no feito de forma elogiosa pelo comportamento e pelas atitudes que tem tido para com a Escola”. Concluiu referindo que “há aqui uns desvios de informação que não percebo, mas deixo aqui este esclarecimento, já que, segundo o Director da Escola não corresponde à verdade”. -----

-----Sobre o assunto, o Vereador Mário Alves tomando uso da palavra referiu lamentar “que o senhor Director da Escola Secundária não controle o que se passa naquela estrutura”, esclarecendo que “eu não referi, nem aqui, nem em lugar algum, que foi o senhor Director da Escola que fez menção disso. E portanto, se o senhor Director não controla, que passe a controlar, pois foi para isso que ele foi eleito.” -----

-----O Presidente da Câmara informou que, na altura em que o Vereador Mário Alves se retratou em relação ao Agrupamento de Escolas Brás Garcia de Mascarenhas, contactou o senhor Director da Escola no sentido de lhe dar conta das declarações proferidas por aquele responsável, em reunião de executivo de 22 de Dezembro de 2009, entendendo no entanto que “com certeza que o senhor Vereador Mário Alves quando estiver com o Presidente daquele Agrupamento de Escolas resolverá e falará sobre esse assunto.” -----

-----A Vereadora Telma Martinho esclareceu que também não referiu que o senhor Vereador Mário Alves disse que foi o senhor Director da Escola a dar-lhe a informação. Entende no entanto, que “sendo o Director da Escola o representante máximo da instituição, seria com ele, obviamente, e em primeiro lugar, que ela falaria”. Salientou ainda que “o senhor Director da Escola afirmou ainda que, este tipo de declarações passaria sempre por ele. Qualquer declaração de outros



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

*elementos não seria de todo do seu desconhecimento. E portanto, alguma fuga de conhecimentos, aqui haverá.”* -----

*-----O Presidente da Câmara referiu que “nem todas as pessoas que falem de uma instituição a vinculam. Quem a vincula são as pessoas responsáveis por ela, mas penso que é um caso que já está esclarecido”. -----*

*-----O Vereador Mário Alves esclareceu que não pôs em causa o relacionamento das instituições, mas sim a utilização abusiva do nome das instituições, referindo que é por essa razão que entende que, se o senhor Director da Escola não controla este tipo de situações, terá que passar a controlar, uma vez que quem emite os cheques e efectua os pagamentos não é o Director da Escola. -----*

*-----O Presidente da Câmara referiu acreditar que nenhuma das Escolas tem qualquer interesse em denegrir a Câmara Municipal, salientando que a autarquia, em termos de pagamentos, irá continuar a agir da mesma forma que o anterior executivo. -----*

*-----O Vereador Mário Alves salientou que “a intenção de quem o fez não foi vincular o actual executivo, mas sim o anterior executivo”, esclarecendo de que foi por essa razão que aqui apresentou este assunto.” -----*

*-----A Vereadora Telma Martinho referiu entender que a presente carta é elucidativa, desconhecendo o propósito do Vereador Mário Alves fazer a leitura da acta da reunião de há quinze dias atrás. -----*

*-----O Vereador José Carlos Mendes lembrou que apesar de ter existido algum diálogo entre a Vereadora Telma Martinho e o Director da Escola, a presente carta foi escrita tendo por base a notícia veiculada pelo jornal Correio da Beira Serra, depois do assunto ter sido discutido em reunião pública da Câmara Municipal de 5 de Janeiro. -----*

*-----Ao que o Vereador Mário Alves referiu “perceber o papel dos senhores vereadores”, salientando que “percebo eu, e toda a gente que está lá fora na rua”. -----*

*-----O Vereador José Carlos Mendes referiu não ter sido ele o responsável pelo assunto estar a ser discutido em reunião, salientando que “esta situação não me diz respeito, simplesmente interviemos, porque quem trouxe este assunto para cima da mesa foi o senhor vereador, e não os vereadores eleitos pelo Oliveira do Hospital Sempre – OHS, pelo que não fizemos nada mais do que argumentar aquilo que achámos que era correcto relativamente a este assunto. Quem fez as insinuações foi o senhor vereador e nós simplesmente nos baseámos naquilo que o senhor aqui disse, e naquilo de que tivemos conhecimento relativamente às escolas envolvidas”. -----*

*-----O Presidente da Câmara concluiu referindo reconhecer que “quem deu voz pública a este assunto e lhe deu alguma dimensão foram os jornais. Penso estarmos esclarecidos sobre o assunto, pelo que dou o assunto encerrado uma vez que todas as partes envolvidas tiveram a oportunidade de se esclarecer em termos públicos”. -----*

*-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----*

#### **4 - ASSUNTOS DOS SENHORES VEREADORES** -----

#### **4.1 - ACCÃO SOCIAL - PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE HABITACÃO SOCIAL** -----

##### **4.1.1 - MANUEL PEDRO DA COSTA PERES** -----

D.A.G.F./Procº53

*-----Sob proposta do Vereador José Francisco Rolo, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, e de acordo com a informação elaborada pela Técnica de Sociologia, datada de 1 de Fevereiro de 2010, integrar o agregado familiar de Manuel Pedro*





MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

da Costa Peres, residente em Aldeia de Nogueira, provisoriamente e sujeita a reavaliações trimestrais efectuadas pelo Gabinete de Acção Social da autarquia, na casa nº 24, do Bairro João Rodrigues Lagos, em Oliveira do Hospital. -----

-----**4.1.2 – PEDRO AFONSO MINAS CARVALHO**-----

D.A.G.F./Procº53

-----Sob proposta do Vereador José Francisco Rolo, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, e de acordo com as informações elaboradas pela Técnica de Acção Social, datadas de 7 de Janeiro e 1 de Fevereiro de 2010, respectivamente, integrar o agregado familiar do jovem Pedro Afonso Minas Carvalho, residente em São Paio de Gramaços, na casa nº 20 do Bairro João Rodrigues Lagos, em Oliveira do Hospital, mediante o pagamento de uma renda de 50,00 € (Cinquenta euros) mensais, podendo ser revista se se verificarem alterações sensíveis nas suas possibilidades económicas. -----

-----**4.2 - ADJUDICAÇÃO DO REGIME DE FRUTA ESCOLAR**-----

-----A Vereadora Graça Silva informou a Câmara Municipal que de acordo com a Portaria nº 1242/2009, e no âmbito do Programa de Regime de Fruta Escolar, a Câmara Municipal vai dar início à distribuição de duas peças de fruta por semana aos alunos das escolas do 1º ciclo do ensino básico das escolas públicas, durante o período da manhã às quartas-feiras e sextas-feiras, e sem substituir programas já existentes, como o do leite escolar. Deu ainda conta que o programa em causa irá decorrer até ao final do ano lectivo e que a fruta será fornecida pela Cooperativa Agrícola de Mangualde, CRL. Esclareceu ainda que a decisão de adjudicação à referida Cooperativa se deveu ao facto da mesma respeitar um dos requisitos da fruta indicada na mencionada Portaria, ou seja, ser pelo menos 50% biológica, sublinhando que foi também a única a mostrar interesse em prestar este serviço ao Município de Oliveira do Hospital.-----

-----**A Câmara Municipal tomou conhecimento.**-----

-----Ainda sobre este assunto, o Vereador Mário Alves lembrou que em reunião da Câmara Municipal de 5 de Janeiro do corrente ano, havia sugerido que o programa de Fruta Escolar fosse um programa diário e não alternado, salientando que também não foi efectuada qualquer referência ao custo estimado para o mesmo, o que entende ser importante neste contexto. -----

-----A Vereador Graça Silva referiu tratar-se de um Programa que não implicará custos para a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital uma vez que será participado na sua totalidade pelo Regime de Fruta Escolar, sendo a autarquia subsidiada em cerca de 6 mil euros, anualmente. -----

-----O Presidente da Câmara lembrou que se trata de um Programa que decorrerá, para já, a título experimental, entendendo assim que se a experiência não resultar a Câmara Municipal poderá, no final do projecto, não lhe dar continuidade. Salientou ainda que a sugestão do senhor vereador chegou a ser ponderada pelo executivo em permanência, que entendeu para já não avançar com a mesma por se tratar de uma experiência que desconhece se irá ou não alcançar os seus objectivos. --

**5 – OUTROS ASSUNTOS**-----

-----Sob proposta do Presidente da Câmara, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, e nos termos do artº 19º do Decreto-Lei 442/91, de 15 de Novembro, na sua actual redacção, incluir na Ordem do Dia os seguintes assuntos:-----

-----**5.1 - FREGUESIA DE LOUROSA**-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

D.A.G.F./Procº53/4

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Freguesia de Lourosa, um subsídio no montante de **5.000,00 € (Cinco mil euros)**, para fazer face a despesas de funcionamento. -----

-----**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 6 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta.** -----

-----**5.2 - FREGUESIA DE PENALVA DE ALVA**-----

D.A.G.F./Procº53/4

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Freguesia de Penalva de Alva, um subsídio no montante de **1.985,55 € (Mil, novecentos e oitenta e cinco euros, e cinquenta e cinco cêntimos)**, como comparticipação pela cobrança dos recibos de água no período compreendido entre Abril de 2003 e Dezembro de 2009.--

-----**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 6 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta.** -----

-----**5.3 - OUTRAS INFORMAÇÕES DO PRESIDENTE DA CÂMARA**-----

-----O Presidente da Câmara deu conhecimento à Câmara Municipal, da sua presença numa reunião com a senhora Presidente do Instituto Pedro Nunes, Dra. Teresa Mendes, que teve lugar no passado dia 20 de Janeiro do corrente ano, salientando que a mesma decorreu “numa tentativa de a convencer a fazer parte de um projecto de criação de uma nova Associação Tecnológica, para a qual o Município já conseguiu angariar algumas verbas tendo em vista a sua constituição”. -----

-----Deu ainda conhecimento da sua presença numa reunião da Secção de Municípios de Montanha da ANMP – Associação Nacional de Municípios, que teve lugar no passado dia 21 de Janeiro, e bem assim da sua presença numa reunião com o Presidente da Segurança Social de Coimbra, Dr. Mário Ruivo, que teve lugar no dia 22 de Janeiro. -----

-----Deu igualmente conhecimento da sua presença numa série de reuniões que decorreram em Lisboa no passado dia 27 de Janeiro, quer com Adjuntos do Sr. Primeiro-Ministro, quer com o Sr. Secretário de Estado da Indústria e de Desenvolvimento, Dr. Fernando Medina, quer com o Adjunto do Sr. Secretário de Estado do Desporto e da Juventude, Dr. Pedro Cardoso. -----

-----Informou também que, no passado dia 28 de Janeiro, esteve ainda reunido com a equipa responsável pela revisão do PDM – Plano Director Municipal, que contou ainda com a presença de representantes, quer da CCDRC – Comissão de Coordenação da Região Centro, quer da DRABL - Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral, para tratar de assuntos relacionados com alguns reajustamentos que o executivo em permanência pretende levar a efeito no âmbito da Reserva Agrícola, dando conta que a mesma não foi muito positiva. -----

-----Mais informou que no passado dia 29 de Janeiro também esteve presente numa reunião do Conselho Executivo da CIMPIN – Comissão Intermunicipal do Pinhal Interior Norte.-----

-----**A Câmara Municipal tomou conhecimento.**-----

-----O Vereador José Carlos Mendes questionou o Presidente da Câmara sobre se havia previsões para a entrada em funcionamento do novo PDM – Plano Director Municipal no município, ao que aquele responsável informou que o grande impasse neste processo é a constante alteração da legislação em vigor. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

----- **5.4 - INTERVENÇÃO DO VEREADOR JOSÉ FRANCISCO ROLO** -----

----- O Vereador José Francisco Rolo convidou os senhores vereadores a estarem presentes numa sessão de divulgação dos Programas “MODCOM – Modernização do Comércio - 5ª fase”, “Finicia Invista +”, e “Microcrédito”, organizada pela ADI – Agência de Desenvolvimento Integrado de Tábua e Oliveira do Hospital, e que terá lugar hoje, pelas 9:00 horas, no Salão Nobre dos Paços do Município de Oliveira do Hospital.-----

----- Informou ainda que durante o dia de ontem e hoje tem estado a decorrer a auditoria interna ao Sistema de Qualidade dos Serviços do Município, designadamente Obras Particulares e Metrologia.-----

-----**A Câmara Municipal tomou conhecimento.**-----

----- **APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA** -----

-----De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, a Câmara Municipal deliberou, **por todos os membros presentes**, aprovar a presente acta em minuta.-----

-----A presente acta foi distribuída a todos os presentes e por eles assinada, procedimento que dispensa a respectiva leitura conforme determina o nº 4 do D. L. 45.362, de 21 de Novembro de 1963. ------

----- **CONCLUSÃO DA ACTA** -----

-----E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Senhor Presidente encerrada a reunião, pelas **doze horas e trinta minutos**, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente assinada pelos Senhores Vereadores que o desejarem e que eu, \_\_\_\_\_, na qualidade de secretário redigi.-----

-----**Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, 2 de Fevereiro de 2010**-----

Presidente \_\_\_\_\_

Vereadores \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_



**REUNIÃO ORDINÁRIA  
PÚBLICA DE 2 DE  
FEVEREIRO DE 2010**

**MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

---

---



**REUNIÃO ORDINÁRIA  
PÚBLICA DE 2 DE  
FEVEREIRO DE 2010**

**MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL**

**Documentos anexados ao final desta acta ao abrigo do  
Decreto-Lei 334/82, de 19 de Agosto.**